




## QUESTÃO SOCIAL, SERVIÇO SOCIAL E A PROEMINÊNCIA DAS DESIGUALDADES ANTAGONIZADAS

*Social Issue, Social Work and the prominence of antagonized inequalities*

Potyara A. P. Pereira\*

 <https://orcid.org/0000-0003-4823-5119>

### RESUMO

Este texto discute a questão social como objeto do Serviço Social brasileiro e as desigualdades sociais como indicador proeminente dessa questão no capitalismo moderno. Considera pertinente e estratégica a eleição desse objeto por este fazer jus, mesmo nominalmente, ao conteúdo dessa profissão e área de conhecimento, embora careça de aprofundamento teórico-conceitual. Como contribuição, alerta para o risco das expressões dessa questão se identificarem com a antiga concepção marxista da *imagem reflexa* e para a importância de sempre atrelar às desigualdades sociais os seus antagonismos.

### PALAVRAS-CHAVE

Questão social. Serviço Social. Desigualdades antagonizadas.

### ABSTRACT

This text discusses the social question as an object of Brazilian Social Work and social inequalities as a prominent indicator of this issue in modern capitalism. It considers the choice of this object pertinent and strategic, since it, even nominally, deserves the content of this profession and área of knowledge, although it needs theoretical-conceptual deepening. As a contribution, it alerts to the risk of the expressions of this issue being identified with the old Marxist conception of the *reflex image* and to the importance of always linking its antagonismo to social inequalities.

### KEYWORDS

Social questions. Social Work. Antagonized inequalities.


Submetido em: 7/10/2021.

Aceito em: 23/12/2021.

---

\* Assistente Social. Doutora em Sociologia. Professora titular e emérita do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. (UnB, Brasília, Brasil). UnB – Campus Darcy Ribeiro, Brasília (DF), CEP.: 70910-900. E-mail: [potyamaz@gmail.com](mailto:potyamaz@gmail.com).

DOI 10.22422/temporalis.2021v21n42p31-43

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2021. **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

## Introdução

**D**e início considero pertinente e politicamente estratégico o fato de a *questão social* ser, como há vinte anos dizia Netto (2001), “[...] ponto saliente, incontornável e praticamente consensual na agenda contemporânea do Serviço Social brasileiro” (NETTO, 2001, p. 41). E assim considero pelas seguintes razões: a simples denominação *questão social* tem o condão de remeter-se a um conteúdo complexo, dinâmico e conflitual que requer, para sua inteligibilidade, combinação de abstração<sup>1</sup> conceitual e posicionamento político crítico. Nesse sentido, o nome (uma entidade linguística individualizadora) demonstra vocação superadora dos limites nominais.

Além disso, a denominação *questão social* é reparadora porque *Serviço Social* e *assistente social* são designações que, ao contrário da *questão social*, remetem, automaticamente, ao que ambos não pretendem ser: agentes equacionadores de disfunções sociais engendradas pelo sistema do capital. Logo, a possibilidade de o/a assistente social ter como *ponto saliente* de estudo e intervenção algo cujo nome evoca sua atual identidade - pautada na teoria crítica marxiana - representa um salto de qualidade.

Efetivamente, de todos os objetos eleitos pelo Serviço Social brasileiro no decorrer de sua história, a *questão social* revela-se o mais apropriado por subentender a dinâmica das determinações, dos processos e das relações contida nas demandas e necessidades dirigidas aos/às assistentes sociais, requerendo-lhes cosmovisão crítica<sup>2</sup> e compromisso social. Portanto, trata-se, a *questão social*, de um objeto que melhor traduz os conceitos universais (ou categorias) de *movimento* (de transformação), *historicidade* (transitoriedade/mudança) e *contradição* (unidade dialética dos contrários), indicando, implicitamente, que a realidade trabalhada pelo/a assistente social é um todo sinuoso, dinâmico e relacional. Ademais, *questão social* sugere coexistência imbricada de instâncias estruturais e históricas, requerente de abordagem que conjugue o sistema de produção e reprodução econômicas com o sistema de poder político; e associe, organicamente, economia e política na análise da relação dialética entre estruturas de *apropriação* (econômica) e de *dominação* (política) versus luta de classes.

Por esse prisma, as vigentes Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996), foram clarividentes ao elegeram *questão social* como objeto dessa área de conhecimento e profissão; e não apenas por motivos políticos e estratégicos, mas, principalmente, porque os processos, relações e estruturas próprias do contexto teórico e empírico desse objeto assim requerem.

Fazendo rápido exercício de analogia, é essa mesma determinação que conforma e consubstancia o método dialético materialista histórico, ou o método da economia política marxiana, essencial à construção conceitual do objeto do conhecimento científico. Como se sabe, esse método não é dialético em si e nem *a priori* em relação à realidade dotada de movimentos intrínsecos e nexos ocultos. Tal método se torna dialético porque ele não pode ser diferente da constituição ontológica do seu objeto que, este sim, é dialético. Por isso, o objeto do conhecimento materialista e histórico não será desvelado por abordagens lógico-formais, por

---

<sup>1</sup> Abstrato como momento do concreto transportado à consciência do sujeito cognoscente pelo trabalho metódico e obstinado do pensamento analítico.

<sup>2</sup> Crítica do objeto simultaneamente estudado, compreendido, questionado, negado e superado. Trata-se de um posicionamento respaldado na teoria marxiana para a qual o modo capitalista de produção torna-se alvo de interpretação radical, não isenta, e que se reconhece como parte do objeto.

se tratar de um mundo, como salienta Paula (1992), “[...] onde as aparências encobrem as essências. Onde o aparente não é o real” (PAULA, 1992, p. 35). Um mundo, vale dizer, à primeira vista embaçado e alienado, que somente pela práxis (forma de conceber e intervir sobre ele), será compreendido e decifrado em suas sinuosidades astuciosas<sup>3</sup> e revelada em sua essência.

Dito isso, convém refletir sobre as seguintes indagações: o que, nesse contexto complexo, relacional-dialético e totalizante, distingue a *questão social* objeto do Serviço Social de outras realidades sociais que lhes são congêneres? É possível, conceitualmente, particularizar *questão social* para não a confundir com o seu contexto macro, ou com o próprio modo de produção (capitalista) que a engendra?

Sabe-se que existem esforços nesse sentido e não apenas do Serviço Social, uma vez que *questão social* é tema de interesse de outras áreas de conhecimento das Ciências Sociais. Sabe-se, ademais, que esses esforços são bem-vindos por procurarem depurar, analiticamente, a polissemia que a cerca para dotá-la de maior objetividade; ou para fornecer-lhe base teórica consistente contra mistificações subjetivistas, culturalistas e relativistas, colocadas a serviço de ideologias e práticas antissociais. Não se pode esquecer que o papel da teoria e, dentro desta, do conceito<sup>4</sup>, não é apenas de ordem científica, mas também política. Nas Ciências Sociais a explicação científica pode e deve transformar-se em elemento ativo das relações sociais e, portanto, só ela pode orientar escolhas políticas e profissionais fundamentadas. Marx, por exemplo, “[...] sabia que a sua interpretação – no instante mesmo que produzia – transformava-se em força social. De fato, desde então não foi mais possível pensar o capitalismo independentemente da sua interpretação dialética” (IANNI, 1982, p. 9). Outro exemplo do papel político da teoria e do conceito, diz respeito às *necessidades humanas*, uma noção também polissêmica e aderente à temática da questão social. Sobre ela houve empenho científico de ultimar a sua precisão conceitual porque a imprecisão que a acometia jogava a favor dos interesses fundamentalistas do mercado. Esse empenho, segundo seus principais construtores - Doyal e Gough (1994) - ocorreu no início da década de 1980 “[...] quando os êxitos políticos obtidos pela Nova Direita [...]” (DOYAL; GOUGH, 1994, p. 19) internacional “[...] nutriam-se das confusões políticas de seus oponentes[...]” (DOYAL; GOUGH, 1994, p. 19), inclusive por razões conceituais. Semanticamente, e tendo como alvo de seus ataques os direitos sociais, a Nova Direita triunfante, fortalecida pela junção das práticas neodireitistas do governo estadunidense, de Ronald Reagan, e do governo britânico, de Margaret Thatcher, equiparava as necessidades sociais a preferências individuais, sonhos de consumo ou compulsões consumistas, que só poderiam ser satisfeitas pelo mercado.

Em vista disso, a tentativa de responder às indagações formuladas nesta Introdução visa revisitado, reflexivamente, a relação entre questão social e Serviço Social, nos marcos das estruturas capitalistas de apropriação econômica e dominação política que subjazem ao processo de proteção social como direito *versus* desigualdades sociais antagonizadas.

<sup>3</sup> Em referência a Hegel que se reporta a uma razão astuciosa, sinuosa, para dar conta de entender o mundo não linear, que não se revela na aparência. Daí o apelo dos sujeitos às chamadas mediações (PAULA, 1992, p. 31).

<sup>4</sup> Entendido como produto científico construído pelo pensamento por intermédio da prática da abstração humana das propriedades essenciais de uma realidade dada. Difere da *categoria* pelo fato desta conter os aspectos mais universais e essenciais da realidade e exigir níveis mais elevados de abstração do sujeito do conhecimento. Categorias são conceitos universais.

## **Questão social e suas expressões face ao risco de identificação com a chamada teoria das “imagens reflexas”: um breve chamamento crítico.**

No Brasil, desde a vigência das já mencionadas Diretrizes Curriculares, tem-se lido e ouvido, recorrentemente, referências cifradas à *questão social* e às suas expressões como objeto do Serviço Social. É comum, inclusive, dizer-se, coloquialmente (embora não somente), que o/a assistente social *atua* nas expressões da questão social.

Sobre essa *atuação* convém salientar que, como a sua menção não é autoexplicativa, o seu simples enunciado pode mais confundir do que esclarecer. Pode, inclusive, induzir ao entendimento de que se está reportando à chamada teoria da *imagem reflexa*, cuja origem remonta à crítica marxista da religião, e à polêmica travada em torno dela, sobretudo após Engels (2015) ter procurado esclarecê-la em seu livro *Anti-Dühring* (2015). Dito de outra forma, a não explicitação teórica do que está codificado na construção da frase *expressão da questão social*, pode levar à suposição de que se está tratando do mesmo recurso analítico utilizado, em torno de 1840, pelo materialista Ludwig Feuerbach<sup>5</sup> quando, segundo Lobkowitz (1975), este pareceu se apropriar da seguinte formulação do idealista Hegel: a “Ilustração é uma interpretação da religião na qual a religião figura como *imagem reflexa* - ainda que, naturalmente, os crentes não considerem como tal – da realidade que se experimenta, da qual se interpreta a realidade mesma” (LOBKOWICZ, 1975, p. 94, *grifo nosso*). E pode, também, se remeter ao jovem Marx, quando este, ainda referenciado em Hegel e Feuerbach, fez menção à *imagem reflexa* em artigo publicado, em 1843, no *Anuário Franco-Alemão*, ao dizer que “a religião é ‘uma imagem reflexa’ da situação humana, ‘uma consciência alienada do mundo produzida por um mundo alienado’” (LOBKOWICZ, 1975, p.94). Ou, ainda, quando o jovem Marx pareceu reproduzir a seguinte ideia de Feuerbach: “a teologia é uma antropologia desfocada e a filosofia especulativa, desde Spinoza até Hegel, uma mal interpretada teologia” (LOBKOWICZ, 1975, p. 94). Isso, sem falar da crítica marxiana à *Fenomenologia* hegeliana, nos Manuscritos Econômico-filosóficos, de 1844 (1978), para a qual, o desdobramento da consciência em Hegel, é uma “[...] espécie de reflexo da hominização do homem pelo trabalho” (MARX, 1978, p. 38). Todas essas críticas materialistas, associadas à concepção de realidades como reflexos, ou epifenômenos, aparentemente despidos de concreticidade, foram, como se sabe, superadas por Marx com notório discernimento teórico-metodológico. E o mesmo aconteceu, mais tarde, com Lenin que, a princípio, e em sua principal obra filosófica *Materialismo e empiriocriticismo* (LENIN, 1975), colocou a *teoria das imagens* no centro do que passou a ser chamado de *realismo gnosiológico* por entender, conforme Lobkowitz (1975, p. 98), que: “todos os conteúdos cognoscitivos da consciência, desde sensações, passando pelos conceitos, até as teorias, são *imagens do objeto* que existem independentemente do intelecto humano”. Felizmente, para o marxismo, esse entendimento foi superado em revisões constatáveis em outras produções intelectuais de sua autoria. Efetivamente, em obras posteriores Lenin deixou claro que o “[...] reflexo do conhecido na consciência do sujeito que conhece é só um aspecto do fato de que a matéria toda possui uma qualidade que é análoga a sensação, a qualidade do reflexo” (LOBKOWICZ, 1975, p. 98, *grifo nosso*).

Por fim, e a título de subsídio à melhor qualificação do que se entende e difunde no Serviço Social brasileiro por *expressão da questão social*, cabe mais um alerta crítico. Segundo Urry (1982, p. 17-18), no âmbito das Ciências Sociais, muitos são os problemas importantes em concepções

---

<sup>5</sup> Para Feuerbach, todos os conteúdos religiosos são aspectos da essência humana projetados e objetivados para fora do homem.

adeptas (voluntária ou involuntariamente) das *imagens reflexas* e do realismo gnosiológico. Dentre eles destacam-se:

[...] o [problema] do ambíguo *status* teórico de um mecanismo ‘causal’ ou ‘inspirado por’; o grau em que o realismo foge do problema de indução ou verificação; o grau em que proporciona uma concepção exaustiva/essencialista da ciência; o grau em que legitima o que parecem ser formas diferentes de práticas sociais científicas; [...] e *a maneira pela qual parece justificar concepções reducionistas da estrutura social*. [...] Esse último aspecto é problemático por dois motivos: em primeiro lugar, pode levar à concepção [no caso, da questão social] como caracterizada por uma ‘totalidade expressiva’, onde todos os aspectos ou elementos são meras expressões da essência ou do mecanismo interior. Em segundo lugar, não se determinam as formas exatas das práticas que os [sujeitos] devem realizar para que essas formas fenomenológicas sejam geradas. *Muitos aspectos da sociedade capitalista não são expressões imediatas de seu mecanismo central e sim resultado das formas de luta e prática social nas quais os sujeitos são obrigados a participar* (URRY, 1982, p. 17-18, grifos nossos).

Portanto, em concepções desse tipo fica difícil identificar relações dialéticas entre determinantes e determinados; de aquilatar as formas e eficácias dos sujeitos históricos; e de “[...] explicar claramente que relações mantêm as contradições em desenvolvimento entre forças produtivas, relações de produção e as lutas sociais das diferentes forças que se enfrentam” (URRY, 1992, p. 20). Fica óbvio, a partir dessas considerações, que se necessita de teorização mais aprofundada dessas questões de pesquisa. Sem essa providência, tudo o que é socialmente problemático ou incômodo sujeita-se a ser mecanicamente equiparado a *expressões da questão social*. Não por acaso, no rol do espectro polissêmico da denominação *questão social* abrigam-se crises, tensões, desafios, riscos, vulnerabilidades, desconstruções, discriminações, aporias, além de situações como: pobreza, desigualdades, desemprego, exclusão social, violência, analfabetismo, entre outras.

Essa polissemia coloca, para o Serviço Social, tarefas desafiadoras porque se, por um lado, essa profissão - que também é área de conhecimento ou disciplina acadêmica – privilegia um rico e instigante objeto de interesse, esse objeto necessita ser mais rigorosamente tematizado. Para tanto, uma circunstância auspiciosa já está posta: o tema da questão social não caiu no abandono dos/as assistentes sociais e nem se queda totalmente carente de inquietações investigativas. Na verdade, seja na seara particular do Serviço Social, seja no contexto mais amplo das Ciências Sociais essa disposição continua viva. É o que se verá a seguir.

### **Aproximações teórico-conceituais no contexto da tematização recente da questão social**

Recentemente, em reflexões disponíveis sobre as vigentes Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social observa-se que a questão social objeto do Serviço Social tem especial relação com as *desigualdades sociais* produzidas na sociedade capitalista a partir da era moderna. Nessa relação identificam-se: i) acento nas desigualdades sociais como determinante de diferentes aspectos de si própria, sob novas formas, em um modo de produção caracterizado pelo antagonismo estrutural entre capital e trabalho, e intenção de particularizar o escopo da questão social no que ele tem de essencial; ii) delimitação da sociedade capitalista da era moderna como lócus dessa desigualdade, caracterizada pela presença de movimentos e contramovimentos sociopolíticos associados à maneira como a riqueza social se produz e se distribui entre classes sociais antagônicas. Portanto, dessas observações infere-se que a questão social tem a ver com desigualdades sociais *antagonizadas* e não *coisificadas*.

Essa compreensão também é detectada na alentada obra sociológica de Otávio Ianni (1992; 2004). Em alguns de seus livros, capítulos intitulados *questão social* sempre associam às desigualdades sociais o termo *antagonismo - desigualdades sociais e seus antagonismos* -, demonstrando a intenção do autor de informar que essas desigualdades não são naturalizadas, mas processos dialeticamente contraditórios, antagonizados e problematizados; isto é, processos não infensos a permanentes correlações de forças sociais e políticas movidas por ações de sujeitos com interesses contrários. Por isso, também em Ianni se infere que, ao mesmo tempo em que as desigualdades sociais se instalam e imperam, determinadas por leis férreas inerentes ao sistema do capital, elas são confrontadas por classes e grupos sociais, de forma consequente e não anômala. Isso quer dizer que tais antagonismos exprimem, na sociedade capitalista, reação dos desiguais e oprimidos em busca de melhores condições de vida, de direitos e, no limite, de organização alternativa do trabalho, no mesmo movimento em que as suas conquistas e ações passam a interferir nos rumos dos processos e relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ideológicas.

Outras abordagens, a despeito de não se basearem no estatuto epistemológico materialista histórico, também concebem a questão social como algo estruturalmente dinâmico e politicamente desafiador. Dentre elas, destaca-se a do cientista social francês Robert Castel que, em seu livro *As metamorfoses da questão social* (1998), acentua o lado surpreendente e racionalmente desconcertante da questão social, nos seguintes termos:

[...] [questão social] é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco da sua fratura. É um desafio que interroga, que põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência. [É uma ameaça de rompimento desse conjunto de relações] (CASTEL, 1998, p. 30).

Dessa citação ressalta mais um elemento – desta vez de natureza lógica - que dá ensejo à seguinte indagação: desafio por quê? Porque, ousa-se interpretar, Castel vê a *questão social* como algo que também se põe como um paradoxo cognitivo, como muitos outros no capitalismo, que tanto o senso comum quanto o raciocínio lógico-formal têm dificuldade de decifrar. Por conseguinte, a questão social é também vista como um *desafio* que se afigura, logicamente, uma espécie de enigma (questão), ou aporia (dificuldade ou dúvida racional determinada pelo inusitado do fato), e que só o raciocínio dialético é capaz de tornar inteligível, embora o referido autor não faça essa ilação. Donde se conclui que a questão social, por ser dialeticamente contraditória, tem a ver com a especificidade também contraditória da estrutura e da dinâmica capitalistas que somente Marx (1984) conseguiu deslindar com notável lucidez em sua *Lei geral da acumulação capitalista*; uma questão que Pierre Rosanvallon - outro pensador contemporâneo francês – também qualificou, com base no raciocínio lógico-formal, de *subversão de expectativas* porque ela se deu em um momento pujante de produção de riquezas, propiciado por um revolucionário avanço científico e tecnológico, no qual, nem por um instante, se imaginava que: “[...] um trabalhador empregado pudesse ter um nível de renda tão baixo que quase fosse possível considerá-lo um indigente [...]” (ROSANVALLON, 1988, p. 35); e que a pobreza, antes decorrente da escassez, “[...] crescesse na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p. 42). Eis o paradoxo lógico que complexifica o conceito de questão social!

Eis, também, porque o termo questão social surgiu em um momento histórico de prosperidade econômica (por volta de 1830) quando, conforme Castel (1998, p. 30), a classe trabalhadora

industrial tornou-se ao mesmo tempo vítima dessa situação e agente de sua problematização, agudizando, segundo Polanyi (1980), as seguintes atitudes: perplexidades, até mesmo em redutos liberais<sup>6</sup>, já ensaiadas antes dessa época; e conscientização do proletariado ascendente, e de seus aliados, de que a pobreza - condição normal da classe trabalhadora no período mercantilista - constituía agora um *problema* e não uma *utilidade*. Vale dizer, não a *utilidade* que, segundo Gomes, (1979), propiciou a riqueza indispensável à construção de Estados-nação em troca de proteção paternalista punitiva dos denominados *homens de qualidade* que cultivavam a *dependência* dos pobres em nome da educação por meio do trabalho forçado.

Consequentemente, ao ser considerada uma *questão*, essa ignominiosa relação de *proteção x dependência*, não mais poderia se pautar, seja no trabalho laborioso, *formador de caráter*, seja no paternalismo reacionário. E, com isso, a problematização da dimensão estrutural da *questão social* explicitou e expandiu a dimensão política dessa mesma questão, que reincide na dimensão estrutural.

Não admira que, a partir de então, e principalmente após o segundo pós-guerra, em 1945, a linguagem dos direitos sociais e da justiça distributiva tenha ganhado espaço durante trinta anos; mas isso sob a égide de um sistema de proteção social que marcou o “[...] trânsito do capitalismo liberal clássico, de índole antissocial<sup>7</sup>, para o da modernidade burguesa correspondente à era do final da ilustração europeia, na qual os direitos humanos e a proteção social encontraram maiores guaridas” (PEREIRA-PEREIRA, 2020, p. 35-36). Entretanto, a conquista dessas poções de proteção social, que se mostraram também funcionais à preservação da hegemonia regulada do sistema capitalista, só aconteceu após ingentes e desproporcionais antagonismos. Para que se concretizassem, insurreições superlativas tiveram vez. Dentre elas, destacam-se, conforme Hobsbawn (1992): i) as protagonizadas pelas camadas sociais inferiores, a exemplo da Guerra europeia de 1848-49 e da Comuna de Paris, de 1871. A primeira (cognominada *primavera dos povos*) repercutiu tanto dentro como fora da Europa e, junto com a segunda, impuseram, pela primeira vez e durante algum tempo, a prevalência da vontade popular; ii) a realização da Primeira Guerra Mundial, de 1914-18, que desencadeou, por quarenta anos, uma série de eventos catastróficos contra a humanidade, mas também contra à intenção de perenidade do regime liberal burguês. Assim, entre 1939 e 1945, vinte e um anos após o término da Primeira Grande Guerra, ocorreu a Segunda Guerra de mesmo porte, as quais caracterizaram o tenebroso período de entreguerras marcado por destruições de vidas humanas e severas depressões econômicas. Além disso, a chamada civilização liberal burguesa conheceu, segundo Hobsbawn (1992): iii) duas revoluções anticapitalistas (a russa e a chinesa) que estenderam o comunismo sobre “[...] um sexto do território mundial e sobre um terço da população do planeta” (HOBBSAWN, 1992, p. 97); iv) o fim dos impérios coloniais; v) a crise de 1929, iniciada nos Estados Unidos e caracterizada por uma forte recessão que atingiu o capitalismo internacional e marcou a decadência do liberalismo econômico; vi) o “[...] desaparecimento das democracias liberais em toda a Europa, com exceção de uma pequena orla [...]” (HOBBSAWN, 1992, p. 97), sob o comando do fascismo e de “[...] seus movimentos e regimes autoritários satélites” (HOBBSAWN, 1992, p. 97).

<sup>6</sup> “Até mesmo Adam Smith declarava, à sua maneira cautelosa, que não são nos países mais ricos que os salários dos trabalhadores são mais elevados [...]. [E] M’Farlane não estava aventando uma opinião incomum quando expressava a crença de que ‘o número de pobres continuaria a crescer, agora que a Inglaterra se aproximava do meridiano de sua grandeza’” (POLANYI, 1980, p. 113).

<sup>7</sup> Não no sentido psiquiátrico, segundo Moreno (2012), próprio de personalidades e condutas psicopatas, avessas, patologicamente, ao convívio coletivo; mas, na acepção de *asocial*, usada por este estudioso para indicar “[...] falta de empatia e solidariedade cidadã” (MORENO, 2012, pp. 37-38), típica do individualismo possessivo.

Por conseguinte, o sistema de proteção social como direito que, entre 1945 e 1975, colocou alguns freios democráticos aos mecanismos desumanos da livre economia de mercado, não foi uma simples concessão capitalista colocada, calculadamente, a serviço da acumulação do capital. Foi, a contragosto do liberalismo econômico - que nunca se deu por vencido - a saída encontrada para salvar o capitalismo da dissolução ante ao rápido, extenso e profundo cataclismo acima descrito. Pensando bem, e como mais tarde se veio a saber, a famosa prédica liberal da eficiência da *mão invisível do mercado* nunca existiu. Ela foi um aforismo conveniente para cercear o avanço da democracia. A democracia, por seu turno, é o alvo-mor dos ataques do capitalismo de corte liberal. Comungando da tese de Polanyi (1980), reitera-se que uma tal *mão invisível* “[...] não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e social da sociedade; ela teria destruído fisicamente o homem e transformado o seu ambiente num deserto. A sociedade teria que tomar medidas para se proteger [...]” (POLANYI, 1980, p. 23) desse *moinho satânico*. E é isso que ela continua tentando sob o truculento domínio capitalista de corte neoliberal/neoconservador.

### **Contexto capitalista atual e configuração da desigualdade social antagonizada**

Por não se darem por vencidos, os defensores-chave do capitalismo liberal articularam, já no imediato Segundo Pós-Guerra, o retorno do liberalismo econômico que passou a denominar-se *neoliberalismo*. Este, ao fim de trinta anos, triunfou como “[...] reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista de bem-estar [...]” (ANDERSON, 1995, p. 9) e *garante* de direitos sociais. Para tanto, no mesmo período de vigência exitosa do regime capitalista keynesiano/fordista - que temporariamente substituiu o liberalismo clássico - realizaram-se: periódicas reuniões internacionais reservadas; teorias e moralidades individualistas competitivas e planos de retomada do poder. Dessa feita, em fins dos anos 1970, com a crise do regime keynesiano-fordista, no bojo da crise estrutural capitalista ainda vigente, o neoliberalismo se impôs. E o fez acompanhado do neoconservadorismo, cujos traços mais radicais fundiram-se com os traços mais antissociais do neoliberalismo. Essa fusão aparentemente insólita que amalgamou, em cúmplice unidade, as postulações neoliberais ortodoxas do austríaco Friedrich Hayek e de seu discípulo Milton Friedman, da Escola de Chicago, com os ortodoxos valores neoconservadores de Irving Kristol, Daniel Bell, Nathan Glazer, foi possível graças a acontecimentos favoráveis, a saber: i) advento, nos anos 1980, das chamadas revoluções conservadoras capitaneadas pela ex-primeira-ministra inglesa Margaret Thatcher e pelo ex-presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan; ii) fim da guerra-fria e da bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética, cujo símbolo foi a queda, em 1989, do muro de Berlim; iii) autodissolução da União Soviética, em 1991; iv) transformação dos Estados Unidos em única potência mundial e, por isso, livre para interferir na política e na economia de qualquer país, seja apoiando golpes de Estado, seja passando por cima de soberanias nacionais e de acordos internacionais. Isso, sem falar que os Estados Unidos - com exceção do curto período do *New Deal*, entre 1933 e 1937, quando o governo Roosevelt interveio na economia para recompô-la dos prejuízos causados pela Grande Depressão de 1929 - é um país onde o Estado intervencionista de bem-estar sempre foi socialmente relutante.

Desde então, criou-se um cenário ideal ao predomínio de uma versão capitalista dissociada de qualquer compromisso social para privilegiar os interesses empresais, principalmente os das grandes corporações transnacionais. Só que essa versão, ao invés de conceber estratégias renovadoras, com vista a assegurar, ao capitalismo avançado, sustentabilidade de suas fontes vitais de existência, involuiu ao ponto de se reencontrar com suas formas mais primitivas de acumulação de riqueza. Tal versão capitalista escancarou “[...] não só a sua injustiça, mas



também a sua face triplamente destrutiva: da sociedade, da natureza e, por consequência, do ser humano como ser natural socializado” (BENSAÏD, 2017, p. 190).

Isso explica o perfil sistêmico da crise capitalista em curso – financeira, econômica, política, social, cultural, ambiental, ética, de paradigmas etc. – que, sem dúvida, põe em evidência uma crise “[...] histórica da lei do valor [...]” (BENSAÏD, 2017, p. 189); ou melhor, uma crise não convencional, reveladora de tentativas artificiosas de medição das coisas pela bitola da lei do mercado referenciada no tempo de trabalho abstrato que, tal como previa Marx, tornou-se uma medida *miserável* das relações sociais. Isso porque, tudo se transformou em mercadoria enquanto o trabalho tornou-se incomensurável dado ao aumento de sua socialização e incorporação maciça de labor imaterial, em tempo integral, a exemplo do trabalho intelectual, criativo. Da mesma forma, a atribuição artificial de um valor econômico aos *serviços prestados* pela natureza, como vem sendo feita, para “[...] oferecer um norte aos dirigentes do mundo [...]” (BENSAÏD, 2017, p.189), é impraticável dada a ausência de um denominador comum. Como resultado, tem-se que: a lei do mercado que a tudo comanda funciona num mundo de trocas confusas, arbitrárias e profundamente desiguais, já que também o dinheiro, como equivalente universal, “[...] tem poder mágico de a tudo metamorfosear” (BENSAÏD, 2017, p. 189).

Além disso, a crise da lei do valor convive com outra crise correlata: a das suas *saídas imaginadas* do círculo vicioso em que se encontra, tendo como inspiração lições retiradas do gerenciamento de crises cíclicas passadas. Mas, o problema é que as soluções temporárias anteriores se valeram de condições que o próprio capitalismo neoliberal/neoconservador (neodireitista) incumbe-se agora de destroçar. Portanto, para os defensores do retorno de medidas keynesianas, cabe lembrar que: não mais existem possibilidades de colaboração de classes, mediadas por sindicatos fortes, com capacidade de negociação nos limites territoriais dos Estados-nação; não há mais Estados-nação imperialistas com recursos obtidos por meio da dominação colonial; não se vive mais despreocupado com a crise ambiental a ponto de se pensar, tal como Keynes, em *crescimento ilimitado*; não mais se vive livre da iminência de destruição da humanidade, seja pela ameaça de guerra nuclear como recurso previsível, seja pelas pandemias de pestes decorrentes da exploração desenfreada da natureza. Pelo contrário.

Vive-se, hoje, um abissal crescimento das desigualdades sociais expresso, fenomenicamente, na desigualdade de renda e riqueza; uma desigualdade que é parte essencial do antagonismo entre capital e trabalho tão pouco considerado pelo *mainstream* analítico oficial. A importância dada, desde o início da crise capitalista em curso, à área financeira, condicionou o entendimento de que as desditas dos dias atuais provêm unicamente dessa área. Entretanto, desde o fim dos anos 1970, a rebelião do capital contra o regime keynesiano-fordista, posicionou-se contra os avanços sociais no mundo do trabalho, incluindo os direitos e as políticas sociais concretizadoras desses direitos. Hoje é público e notório que a recuperação do terreno perdido pelo capital nos trinta anos dourados do Estado Social, se deu mediante à debilitação radical do mundo do trabalho.

Objetivamente, essa debilitação se traduziu no crescimento perverso da produtividade e no elevado aumento do lucro do capital global, ao custo de extrema exploração dos trabalhadores, visto que estes perderam suas organizações de classe e seus direitos trabalhistas. Isso aconteceu em meio a um espetacular progresso científico-tecnológico, à mundialização econômica e à propagação de uma ética individualista possessiva que privilegia a meritocracia, a desigualdade social como estímulo à competição e ao trabalho precário. Mas, esses fatos não respondem, autonomamente, pela tragédia da desigualdade social contemporânea. Concordando com

Navarro (2015), entende-se que a decisiva determinação dessa tragédia reside na *guerra de classe* entre capital e trabalho, deflagrada em fins de 1970. Por isso, as explicações que desconsideram essa guerra, não atingem o cerne da questão. Por exemplo, atribuir essa desigualdade ao aumento da produtividade induzido pelo desenvolvimento da tecnologia informacional, principalmente da internet, provocadora de mudanças nos postos de trabalho, é explicá-la parcialmente por desconsiderar a “[...] má distribuição de riqueza criada e concentrada nos lucros dos proprietários e gestores do capital” (NAVARRO, 2015, p. 33). O mesmo pode ser dito da explicação que associa essa concentração de riqueza à globalização geradora da exportação de postos de trabalho para países de salários mais baixos, por desconsiderar que “[...] a globalização não é causa, mas consequência do debilitamento do mundo do trabalho nesses países” (NAVARRO, 2015, p. 33). A globalização e desenvolvimento tecnológico, enfatiza Navarro, por si só não explicam a diminuição dos salários. A causa última dessa diminuição, raramente apontada, é o debilitamento do mundo do trabalho e o consequente aviltamento de sua remuneração. A isso devem ser acrescentados a diminuição de impostos sobre o capital e o aumento da influência dos super ricos na vida política dos países e nas decisões dos Estados nacionais que se quedam esvaziados de poder político. As rendas do capital, por sua vez, multiplicam-se livremente via frenéticas transações financeiras cujo valor superam o valor do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. E, ao mesmo tempo, convive-se com uma crescente proletarização da população, prevista por Marx, evidenciada no empobrecimento da classe média e na deterioração de seus diferenciais de *status* social em relação à classe proletária.

Contemporaneamente, a desigualdade social está, de fato, no centro da grande recessão capitalista que corrói não apenas salários, mas também a democracia. Logo, tal desigualdade não é apenas consequência, expressão ou reflexo, mas também causa dessa recessão. A grande concentração de renda e riqueza em uma ínfima percentagem da população mundial, e em cada país capitalista, gera uma polarização que subjaz à crise sistêmica como um todo e se mostra mais evidente nas esferas econômica e financeira. Como já alertava Marx, antecipando Keynes, a diminuição das rendas do trabalho cria grandes problemas de escassez de demanda privada.

As estratégias utilizadas na feroz guerra do capital contra o poder de pressão dos trabalhadores e dos pobres em geral tiveram, como sempre, caráter disciplinador. Foi o caso do desemprego, usado como componente-chave para debilitar, entre outros, os sindicatos. Com esse expediente foi possível manter os trabalhadores em permanente estado de tensão e de aceitação de todo tipo de precariedade laboral e de sobrevivência. Mas, pelo que as evidências empíricas revelam, acredita-se que não é exagerado incluir no rol desse expediente a macabra prática da chamada necropolítica que já fez parte do ideário neodarwinista de controle social dos pobres em séculos pretéritos.

### **Finalizando**

Foi no contexto dessas recentes problemáticas que ganhou ressonância, especialmente a partir da França, a ideia de surgimento de uma *nova questão social*. Esta, para Castel (1998), caracterizava-se como o enfraquecimento da sociedade salarial do qual decorria a precariedade do trabalho e das condições de vida de significativas parcelas da população mundial, responsável pelo retorno do pauperismo no capitalismo avançado. E, para Rosanvallon (1998), essa nova questão identificava-se com o fenômeno da *exclusão social* decorrente da crise da sociedade securitária e da emergência de outras modalidades de insegurança de vida não mais passíveis de enfrentamento pela intervenção social do Estado Social keynesiano-fordista.

Essa ideia deu ensejo a discussões que problematizaram muito mais a pertinência da designação *nova* aplicada a uma situação cujos determinantes estruturais eram os mesmos do século XIX - quando o termo *questão social* foi cunhado por reformadores críticos do despotismo capitalista da era industrial - do que, propriamente, a denominação *exclusão social*. Mas, esta não ficou imune a críticas. O próprio Castel (1998) a considerou indiferenciada e superclasses por “[...] recobrir uma infinidade de situações infelizes sem tornar inteligível seu pertencimento a um gênero comum [...]” (CASTEL, 1998, p. 32); contudo, ao entender que ela se referia, não “[...] a uma comunidade de traços que decorrem de uma descrição empírica [...]” (CASTEL, 1998, p. 32), mas a “[...] uma unidade de posição em relação às reestruturações econômicas e sociais atuais [...]” (CASTEL, 1998, p. 32) a considerou verdadeiramente diferente da questão social original. Por isso, ela era *nova*, afirmava Rosanvallon (1998), para quem a *exclusão social* não estava desenquadrada das antigas categorias de exploração humana. E nem dizia respeito, exclusivamente, à pobreza associada à renda, conforme confirmava a Comissão da Comunidade Europeia (GOUGH, 2000); pelo contrário, ela também se referia aos mecanismos de caráter multidimensional pelos quais indivíduos e grupos são excluídos da participação das trocas, dos direitos e da integração sociais.

Mesmo assim, uma análise mais acurada dos fundamentos teóricos da chamada *exclusão social*, como *nova questão social*, revela que o problema do seu uso, para os que se orientam pela perspectiva marxista, é que ela contempla uma problemática que vai além da simples adoção do binômio *dentro-fora* (GOUGH, 2000) como indicador chave. Tal problemática repousa, essencialmente, na exigência de passagem do referencial crítico marxista para o referencial funcionalista identificado com o discurso de Emile Durkheim ancorado no binômio *anomia-integração*. Por isso, no trato teórico da exclusão social é emblemática a ausência das categorias analíticas marxistas, como classe social, contradição, antagonismo, luta de classe. Em compensação, ganham relevância as categorias integração e inclusão.

Por fim, reitera-se a consideração introdutória deste texto de pertinência estratégica do fato de a questão social ser objeto do Serviço Social tendo como principal indicador as desigualdades sociais antagonizadas e, portanto, não cabíveis como uma *não questão*. Com isso, quer-se dar a devida importância ao processo de politização que perpassa o domínio do econômico e transforma *estados de coisas* em *questões* de cunho social e não apenas cognitivo. Que o diga o atual objetivo supremo do mundo empresarial e da corporocracia financeira. Tal objetivo não consiste apenas na otimização dos lucros privados. Em várias ocasiões o grande capital tem apoiado políticas de austeridade governamentais, a exemplo de cortes em gastos públicos, que não impactam positivamente os lucros monetários. E isso tem ocorrido porque a acumulação lucrativa não é o seu fim máximo, mas um meio para o alcance do poder de decisão política, usurpado do Estado e expropriado do controle democrático da sociedade. Para se entender a economia, salienta Navarro (2015), é preciso não subestimar a enorme importância do conflito político, cultural e ideológico que configura o mercado, especialmente na atual fase capitalista. Explicar o comportamento desse mercado com base na teoria neoclássica do equilíbrio é uma falsificação porque elimina a disputa pelo poder político e despolitiza o conhecimento econômico.

## Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, nov. 1996.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BENSAÏD, Daniel. E depois de Keynes? In: LÖWY, Michael. **Centelhas: Marxismo e revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crítica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DOYAL, Len; GOUGH, Ian. **Teoria de las necesidades humanas**. Barcelona: ICARIA: FUHEM, D.L, 1994.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring** São Paulo: Boitempo, 2015.

GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

Gough, Ian. From welfare to workfare: social integration or forced labour? In: EUROPEAN seminar: Policies and instruments to fight poverty in the European Union: the guarantee of a minimum income, 1 - 2 February 2000, Lisbon, 2000.

HOBBSAWN, Eric. Adeus a tudo aquilo. In: BLACKBURN, Robin. **Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

IANNI, Octávio. **Dialética capitalista: ensaio sobre o pensamento de Marx**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1982.

IANNI, Octávio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LENIN, V. I. **Materialismo y empiriocriticismo: notas críticas sobre una filosofia reaccionaria**. Barcelona: Grijalbo 1975.

LOBKOWICZ, Nikolaus. Reflejo. In: MARXISMO y democracia. **Enciclopedia de conceptos básicos**. Filosofia 5. Madrid: Ediciones Rioduero, 1975.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Abril Cultural 1978. (Coleção Os Pensadores).

MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista. In: O CAPITAL. Cap. XXIII. Volume I, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultura, 1984. (Coleção Os economistas).

MORENO, Luis. **La Europa asocial?: caminhamos hacia un individualismo posesivo?** Barcelona: Península, 2012.

NAVARRO, Vicenç. **Ataque a la democracia y al bienestar: crítica al pensamiento económico dominante**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2015.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, jan./jun.2001.

PAULA, João Antônio. A produção do conhecimento em Marx. **Cadernos ABESS**, São Paulo: Cortez Editora, n. 5, 1992.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara A. A política social entre Deus e o diabo: determinações e funcionalidades no sistema capitalista. In: SENNA, Mônica; FREITAS, Rita de Cássia S.; MORAES, Carlos Antônio de S. **Política social no Brasil: sujeitos, trajetórias e institucionalidades**. Curitiba: CRV, 2020.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

ROSANVANLLON, Pierre. **A nova questão social: repensando o Estado Providência**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

URRY, John. **Anatomia das sociedades capitalistas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

---

**Potyara A. P. PEREIRA**

Professora titular e emérita do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPOS), do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da UnB e do Grupo de Estudos Político-Sociais-POLITIZA, do Programa de Pós-graduação em Política Social da UnB.

---